

Desestruturação territorial na atividade pesqueira: a instalação de usinas hidroelétricas na bacia do Araguari (Ferreira Gomes- Amazônia-Brasil)¹

Christian Nunes da Silva

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil

e-mail: cnsgeo@yahoo.com.br.

Ricardo Ângelo Pereira de Lima

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá, Brasil

e-mail: ricardoangelo_pereira@yahoo.es

Vicka de Nazaré Magalhães Marinho

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil

e-mail: vickamarinho@hotmail.com

Resumo

Este artigo analisa a desestruturação de territorialidades pesqueiras por grandes projetos hidrelétricos no Vale do Rio Araguari, no Estado do Amapá, particularmente, em comunidades ribeirinhas localizadas no município de Porto Grande e Ferreira Gomes. Este processo acontece diante da apropriação do espaço de pequenos pescadores por Usinas Hidrelétricas (UHE), uma vez que o represamento do curso d'água altera a morfologia do rio, com a formação do lago a montante, provoca seca e cheias repentinas na jusante, o que põe em risco a sobrevivência destes pequenos pescadores. Também acontece a reorganização da pesca nestes ambientes e a desestabilização do uso dos recursos pesqueiros. Usou-se na metodologia uma revisão da literatura sobre território e territorialidade; em campo optou-se pela observação participante, conversas com moradores locais que foram sistematizadas. Os principais resultados identificados referem-se à alteração na atividade dos pescadores do Araguari, mudança no local do pesqueiro e proliferação das dinâmicas dos conflitos entre a comunidade, Estado e empresas geradoras de energia.

Palavras-chaves: Desestruturação territorial; hidrelétricas; territorialidade; pesca; Amapá.

Territorial disruption in the fishery: the installation of hydroelectric power plants at Araguari river (Ferreira Gomes - Amazon - Brazil)

Abstract

This article analyzes the disruption of fishing territorialities by large hydroelectric projects in the Araguari River valley, in the State of Amapá, particularly the riverside communities located in the municipalities of Porto Grande and Ferreira Gomes. This process happens with the appropriation of small fishermen's space by Hydroelectric Power Plants (HPP), since the impoundment of the watercourse changes the morphology of the river, with the upstream formation of the lake, provokes drought and sudden floods in the downstream, which endangers the survival of these small fishermen. It also happens the reorganization of the fishing in these environments and the destabilization in the use of fishing resources. In the methodology was used a literature review on territory and territoriality; in the fieldwork was

¹ Trabalho oriundo dos debates realizados durante a execução do projeto "Novos ordenamentos territoriais na Amazônia: análises dos impactos gerados a partir da implantação de empreendimentos hidroelétricos no estado do Amapá"; aprovado no Edital 02/2016, com recursos disponibilizados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amapá (FAPEAP), em convênio com a Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), coordenado pelo Prof. Dr. Christian Nunes da Silva.

used the participant observation, and the conversations with local residents were systematized. The main results identified refer to changes in the activity of fishermen in Araguari, to changes in the fishing site and to the proliferation of the dynamics of conflicts between the community, State and companies that generates energy.

Keywords: Territorial disruption; hydroelectric power plants; territoriality; fishing; Amapá.

Desagregación territorial de la actividad pesquera: la implantación de presa hidroeléctrica en la cuenca de Araguari (Ferreira Gomes - Amazônia - Brasil)

Resumen

En este artículo se analiza la desarticulación de la territorialidad la pesca por grandes proyectos hidroeléctricos en el vale del Rio Araguari en el estado de Amapá, en particular de las comunidades ribeirinhas ubicadas en municipio de Porto Grande y Ferreira Gomes. Este proceso tiene lugar frente la apropiación del espacio de pescadores pequeño por las centrales hidroeléctricas, ya que el abarramiento de la corriente cambia la morfología del río, con la formación del lago arriba, provoca la sequía e inundaciones repentinas en el enlace abajo del abarramiento, que amenaza la supervivencia de estos pequeños pescadores. También sucede a la reorganización de la pesca en estos entornos y la desestabilización de la utilización de los recursos pesqueros. Se utiliza la metodología de la revisión de la literatura del territorio y territorialidad; trabajo de campo fue elegido por la observación participante, las conversaciones con la gente del lugar que fueron sistematizadas en el texto. Los principales resultados identificados se relacionan con el cambio en la actividad de los pescadores del Araguari, cambios en la ubicación de la pesca y la proliferación de conflictos entre las empresas de la comunidad, el estado y las empresas de generación de energía.

Palabras clave: Desagregación territorial; hidroeléctrica; la territorialidad; pesca; Amapá.

Introdução

O Brasil é um dos maiores fornecedores de minérios do mundo, além de um grande produtor de energia hidroelétrica na América do Sul. Dados do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM, 2014) mostram o Brasil em destaque, tanto na extração, quanto na produção mineral e hidroelétrica. A participação dos setores mineral e energético no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro é expressiva, onde o produto de bens minerais primários representa percentual considerável do PIB (DNPM, 2014). A produção mineral e hidroelétrica no Brasil é de fundamental importância, visto que são estratégicas para a política e economia nacional, além de serem uma das principais justificativas para a implantação de “Grandes Projetos” na Amazônia brasileira, como tentativa de integração às outras regiões e ao capital internacional.

O setor primário minero-metalúrgico e hidroelétrico no Estado do Amapá, mostra-se durante décadas como um dos mais estratégicos para a economia. Diante deste fato, torna-se necessário analisar como este setor se estabeleceu e de que forma o Estado do Amapá demonstra, entre os outros Estados, ser um importante fornecedor de produtos minerais e

hidroelétricos, para os países desenvolvidos do mundo e para outros estados brasileiros. Dessa forma, a implantação de grandes projetos como aqueles voltados à questão hidroelétrica, em muito estão associados aos problemas ambientais (e sociais) nesta região, envolvendo diversos atores (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, mineradores, garimpeiros, pescadores, periferias urbanas etc.) que se organizam para garantir suas atividades e seus territórios (MELLO, 2006). Também, pode-se perceber a presença do Estado na elaboração de políticas voltadas ao planejamento territorial e é no desenrolar dos processos econômicos no espaço amazônico que os atores sociais aparecem, contribuindo com grande parcela às novas relações socioambientais que se implantam na região (PALHETA DA SILVA, 2013).

Todavia, é importante perceber que o Amapá possui em seu território uma rica biodiversidade (GOMES, 1999; COUTINHO, 1997), que sempre atraiu várias empresas que realizam o beneficiamento de minérios ou empreendimentos hidroelétricos planejados e implantados para atender, sobretudo, à projetos de mineração, que fazem com que o Amapá tenha a capacidade de conectar o local à economia internacional (CHAGAS, 2015; CHELALA, 2011), reorganizando o espaço geográfico e provocando, no território, complexidades diferenciadas, articulando relações que fogem à escala local e produzem novas territorialidades a partir da dinâmica econômica das grandes empresas.

A Amazônia amapaense participa diretamente deste cenário, por apresentar diversas vantagens competitivas, que reduziriam os custos produtivos do modelo de acumulação capitalista interessados em aproveitar as vantagens e benefícios socioambientais desta região.

Dessa maneira, este artigo busca fazer um debate acerca da atuação dos empreendimentos hidroelétricos no Estado do Amapá, visto que se trata de uma importante atividade para a sociedade brasileira e, por vezes, danosa à sociedade local. Contudo, apesar de ser uma alternativa econômica que reflete no aumento no PIB brasileiro e estadual, que representa o crescimento econômico da região, existem riscos inerentes a esta atividade, sendo riscos à saúde e ao meio ambiente. Tais impactos negativos podem ser sentidos pelas comunidades próximas, como dos municípios de Porto Grande e Ferreira Gomes; além da capital amapaense, no que diz respeito a acidentes de trabalho, vazamentos de combustíveis, alagamentos, como noticiado pela imprensa em 2015 (PACHECO, 2016). Sendo constatados em trabalho de campo por meio de conversas com moradores locais, além de outros riscos ambientais que se mostram de forma nociva para a saúde das pessoas.

A Amazônia amapaense apresenta diversas vantagens competitivas, que reduzem os custos produtivos do modelo de acumulação capitalista – interessado em aproveitar a biomassa abundante, o potencial hidrelétrico disponível, a mão de obra barata, o Estado autoritário e a legislação frágil ou inexistente. Entretanto, as relações sociais em municípios-sede de atividades de exploração mineral (industrial associada à grande empresa; e artesanal

relativa à atividade de garimpo) e de geração de hidroeletricidade no território amapaense foram desencadeadas ao longo da história deste espaço.

Este processo necessita de compreensão, a partir do contexto de articulação entre diferentes atores sociais, identificados em escalas diversas, em que o entendimento das conexões estabelecidas entre o local e os agentes situados nas escalas estaduais, regionais, nacionais e internacionais torna-se elemento basilar para elaboração de políticas públicas para as populações atingidas por estas atividades produtivas. No caso do Amapá é sabido que esta região sempre chamou a atenção de interesses variados, principalmente internacionais, devido às suas riquezas minerais e sua localização estratégica, conforme observaram autores como Sautchuk (et al. 1979), Arruda (1979) e Silveira (1980).

Para a análise deste processo torna-se importante também compreender as territorialidades e seus reflexos nas atividades pesqueiras, bem como analisar o processo de desestruturação desta atividade no município de Ferreira Gomes, no Estado do Amapá, Brasil. Para isso, foram necessárias pesquisas em campo no ano de 2016, com entrevistas com pescadores na área de interesse, que engloba, entre outros espaços, as áreas atingidas diretamente pela Hidroelétrica Ferreira Gomes, na bacia do rio Araguari, no Amapá.

Sem dúvida, a geração de energia é uma atividade necessária à manutenção da qualidade de vida das populações, porém, monitorar e entender estas atividades são ações imprescindíveis para evitar possíveis efeitos negativos de sua instalação e operação tanto para o meio ambiente, quanto para as populações atingidas direta e indiretamente pelos empreendimentos energéticos e minerais.

Ocupação do vale do rio Araguari

De acordo com Lima (2004), o sítio urbano da cidade de Ferreira Gomes integrava o projeto colonial português de Segurança da Costa Norte Setentrional da Amazônia. Por este motivo, em 1849 foi fundada a Colônia Militar D. Pedro II, no Araguari, cerca de 70 quilômetros da sua foz, para abrigar soldados e as suas famílias. Naquele lugar, além da atividade de guarda do território, era permitido aos soldados e seus familiares as atividades de lavoura, criação de gado e pesca, devido à abundância de pescado nos diversos fluxos d'água (LIMA, 2004).

Ainda segundo Lima (2004), no ano de 1891 foi fundada a Colônia Ferreira Gomes, localizada a 200 quilômetros da foz do rio Araguari. Esta Colônia integrava o Plano de Colonização do 1º Governo da República (1890). Todavia, foi fechada anos depois, supostamente devido à corrida pelo ouro que aflorava mais ao norte, nas minas de Calçoene. E, durante os anos seguidos esta região foi fadada ao abandono oficial.

Todavia, a partir da instituição do Território Federal do Amapá (TFA), no ano de 1945 se instalam os Serviços de Transportes do Território Federal de Amapá e por meio da aprovação do primeiro Plano Rodoviário de Amapá (Lei Nº. 326 – A:327, 1946), logo seriam abertas algumas vias de penetração que ligariam os arredores de Macapá e Santana até a cachoeira de Paredão, no rio Araguari.

Aquele autor ainda relata que a montante a cachoeira ligava o transporte de caminhões, que chegavam de Macapá, aos barcos de transportes de mercadorias, para as zonas de garimpo localizadas nas cabeceiras dos rios Araguari e Amapari. A jusante, a pequena estrada que chegava de Macapá estabeleceria a ligação necessária entre o porto de Ferreira Gomes e a navegação fluvial até a região das fazendas de gado, no baixo rio Araguari. Na continuação, em 1951, se construiu uma pequena estrada entre Ferreira Gomes e o município de Amapá, seguido do trecho Amapá-Calçoene, em 1952, conectando a porção central à porção norte do Território Federal do Amapá.

Dessa maneira, as vilas de Ferreira Gomes e Porto Grande foram assumindo importante papel, não somente de centro geográfico, mas de possível centro articulador das logísticas entre o Sul, o Centro-Sul e o Norte do território. Todavia, apesar desta posição estratégica, Ferreira Gomes e Porto Grande funcionaram mais como lugares de passagem do que propriamente como pontos de articulação de uma rede de lugares: a primeira, a região de pecuária do Baixo Araguari – um entreposto de tropeiros que faziam o pouso antes de seguir viagem até Macapá, e a segunda era um ponto de parada para comerciantes que subiam o rio Araguari até as regiões de garimpo.

Todos os trechos rodoviários seriam ampliados entre os anos de 1960 e 1970, tanto pelos sucessivos planos de integração do governo local como pelas políticas públicas federais, sobretudo as políticas rodoviárias, de geração de energia em detrimento da pesca. O quadro 1 mostra as principais vias terrestres de ligação naquele período.

Quadro 01: Estrada BR-156 (Macapá/Oiapoque)

Vias de Ligação	Km	Tempo de percurso previsto/minutos	Revestimento
Macapá/Ferreira Gomes	140	2,3	Laterita
Ferreira Gomes/Tartarugal Grande	78	1,3	Laterita
Tartarugal Grande/Tartarugalzinho	17	0,45	Laterita
Tartarugalzinho/Itaubal do Amapá	10	0,3	Laterita
Itaubal/Cojubim	18	0,2	Laterita
Cojubim/Flexal	13	0,1	Laterita
Flexal/Breu	11	0,15	Laterita
Breu/Ramal Amapá	17	0,2	Laterita
Ramal Amapá/Rio Amapá Grande	28	1	Laterita
Rio Amapá Grande/Ramal Calçoene	52	1	Laterita
Ramal Calçoene/Lourenço	98	5	Laterita
Lourenço/Oiapoque	198	0	Laterita
Oiapoque/Clevelândia	6	0,1	Laterita

Fonte: GTFA/SOP/SER (1975).

Esta condição de ponto de passagem se manteve mesmo com a modernização das vias de circulação, ou seja, com a reconfiguração da rede urbana regional, de dendrítica para complexa. A instalação de um entreposto da Estrada de Ferro do Amapá –EFA (1957) em Porto Platon (distante 2 quilômetros) e a abertura da rodovia Perimetral Norte (1972) – até hoje inacabada, rearticula o papel de Porto Grande no território. No caso de Ferreira Gomes, a construção e pavimentação da BR-156 enfraquece este papel de entreposto, que antes era dinamizado pelo serviço de travessia da balsa em frente da cidade; e o novo trajeto da estrada e a construção da ponte sobre o Araguari se localizam fora da sede municipal.

É neste conjunto de funções que a pesca assumiu um status de atividade complementar, que serviu de base alimentar para os habitantes das cidades ao longo do curso do rio Araguari. Assim, apesar da gama das atividades regionais, a atividade pesqueira sempre foi necessária e imprescindível à alimentação da população local, de viajantes e para os trabalhadores dos novos empreendimentos regionais (hidrelétricas e mineração). Ou mesmo como parte de novas atividades assumidas pelos municípios da região: turismo ecológico (pesca esportiva e comercial), segunda residência. Todavia, este papel complementar não significa que a pesca tem pouca importância na região, pois sempre se colocou como um diferencial, principalmente na pesca e comercialização de espécies como o trairão (*Hoplias lacerdae*), bastante apreciado na culinária local e pela pesca esportiva.

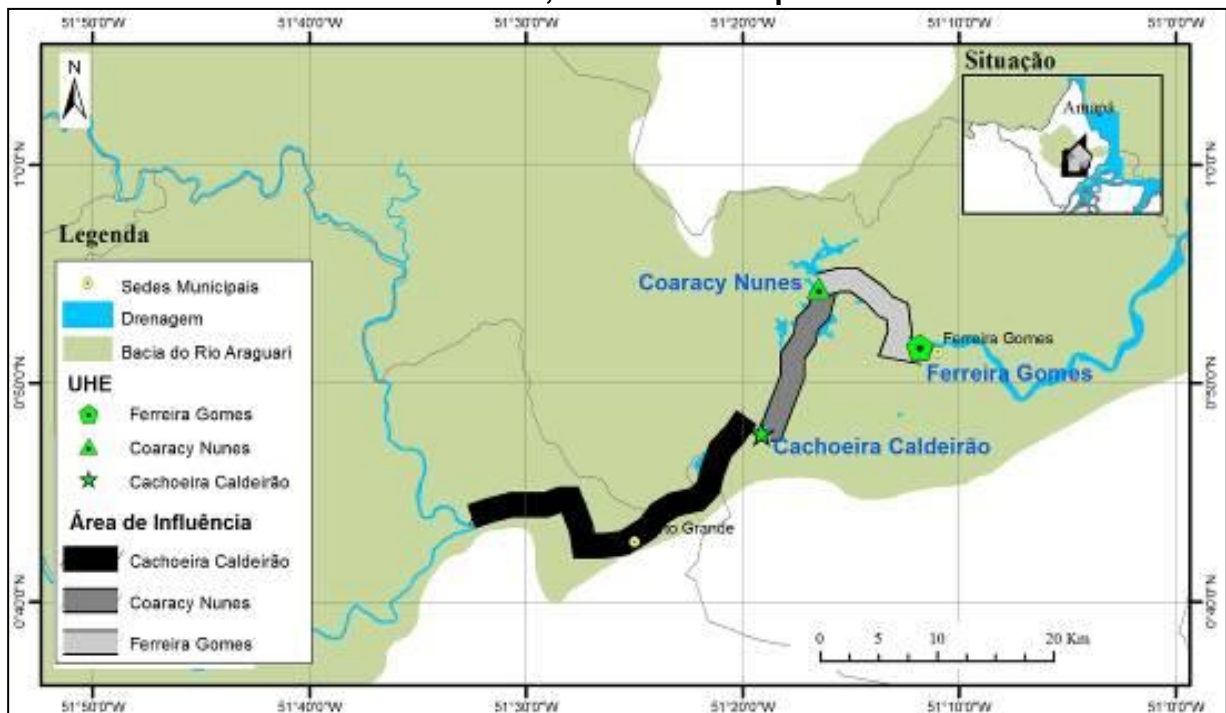
UHE e desestruturação territorial na atividade pesqueira em Ferreira Gomes-AP

No contexto de instalação de empreendimentos hidrelétricos são numerosos os impactos ocasionados, tanto ao ambiente no qual ocorre a materialização dessas obras, como também na organização social e cultural das comunidades que se encontram nas suas áreas

de influência. No que concerne a Ferreira Gomes esta realidade não é diferente, conforme vem se observando, um dos problemas ressaltados e identificados, sobretudo por aqueles que têm na pesca a sua principal fonte de renda, refere-se às mudanças que ocorreram na localização espacial dos territórios de pesca a partir da construção das barragens, as quais atuaram para a desestruturação territorial da atividade pesqueira praticada no rio Araguari.

Entre outros fatores, tais transformações estariam ligadas à alteração da morfologia do rio que se transforma em lago, cujo represamento retém grande volume de sedimentos no sopé da barragem e impõe uma distância de segurança aos pescadores, que não podem se aproximar do local onde há concentração dos cardumes. A figura 1 mostra a localização das hidrelétricas de Cachoeira Caldeirão, Coaracy Nunes e Ferreira Gomes, ao longo do rio Araguari.

Figura 1: Áreas de Influência das UHE Ferreira Gomes, Coaracy Nunes e Cachoeira Caldeirão, Estado do Amapá



Fonte: Baseado em EIA (2013) e Pesquisa em Campo (2016).

Como se observa na figura, as três UHE estão localizadas a uma curta distância, que impacta diretamente o leito do rio Araguari e sua dinâmica fluvial e, também, limita a pesca jusante das barragens, devido à movimentação de sedimentos e à formação de bancos de areia e de praias, onde antes se localizava os territórios de pesca. Também ocorrem dificuldades de acesso à pesca em novas áreas, antes já ocupadas por outros pescadores e agora sofrendo com os obstáculos causados pelas obras dos empreendimentos energéticos. Na figura 2 é possível visualizar as instalações da UHE Ferreira Gomes, que fica em frente ao município de mesmo nome.

Figura 2: Barragem, vertedouro e casa de Força da UHE – Ferreira Gomes, no Amapá



Fonte: Arquivo fotográfico dos autores (2016).

Neste contexto, as alterações na pesca do rio Araguari também podem ser observadas pela mudança do tipo de pescaria: de pesca de rio para pesca de lago, o que implica em novas adaptações quanto ao comportamento das espécies ao novo sistema de movimentação da água, além das modificações físico-químicas causadas nas águas devido, principalmente, à decomposição de espécies vegetais inundadas com a formação do pequeno lago. Neste mesmo contexto houve alterações nos períodos das pescarias visto que os pescadores estão passando mais tempo no rio, pois, se antes da barragem estavam acostumados a sair nas primeiras horas do dia e voltar ao final da tarde com uma produção suficiente para a comercialização e alimentação, na atualidade a realidade é outra, para conseguir uma quantidade aproximada de pescado levam vários dias pescando, acondicionando o pescado até garantir um volume suficiente para comercializar e reverter em lucro o dinheiro investido na atividade pesqueira.

O desenvolvimento da atividade pesqueira por si só já envolve um alto grau de imprevisibilidade pela própria natureza dos recursos pesqueiros de um lado e por outro ao desenvolvimento em um espaço de livre acesso, indivisível e inapropriável juridicamente. Entretanto, os pescadores desenvolvem meios pautados em conhecimentos e experiências adquiridas e aprimoradas na prática cotidiana, que possibilitavam a identificação de pesqueiros, constituindo um saber oriundo da interação constante com os ciclos naturais da água, com os períodos da lua, com a vegetação das margens do rio, com profundidade dos cursos d'água, entre outras características.

Entretanto, em ambientes que passaram por grandes modificações, estes conhecimentos tendem a ser menos eficientes na localização dos territórios de pesca, em

função da formação do lago representar uma grande transformação antropogênica a partir da alteração de um meio natural para artificial. Neste sentido, tal mudança de rio para lago, como observado na implantação de hidrelétricas no rio Araguari, cria ainda mais condições adversas, sobretudo do pequeno pescador, que vivência estas variações no seu ambiente de trabalho e sofre os efeitos diretos destas alterações que incidem negativamente na sua própria reprodução social.

Ademais, há de se observar a necessidade da construção e adaptação de novas embarcações, posto que o aparecimento de praias e bancos de areia torna iminente o risco para a navegação a jusante do Araguari; a diminuição do tamanho dos indivíduos a serem recrutados e o aparecimento de outras espécies. Atualmente, as embarcações utilizadas nas pescarias, especialmente aquelas em que os pescadores permanecem durante vários dias no rio Araguari, apresentam mais de 6 metros de comprimento, muitos dos quais utilizam além do barco motorizado, canoas que possibilitam o acesso a lugares de difícil acesso, em que o barco de maior porte não pode adentrar. Com o aparecimento de outras feições no leito do rio, como os bancos de areia, estes tipos de embarcações vêm sendo prejudicadas e mesmo impossibilitadas de uso, dificultando o deslocamento e, por conseguinte, o desenvolvimento da pesca. A figura 3 apresenta algumas embarcações típicas do rio Araguari.

Figura 3: Embarcações típicas do rio Araguari



Fonte: Arquivo fotográfico dos autores (2016).

Dentre as características que mais determinam a atuação dos pescadores sobre um determinado território, a capacidade de se locomover faz com que seu espaço de atuação não seja restrito a uma área, ou seja, é indefinido por transitar em territórios diferenciados, conforme a ocorrência do pescado e as leis de defeso que determinam onde se deve pescar.

Desse modo, juntamente com os tipos de tecnologia empregada na atividade pesqueira, o tamanho das embarcações e a abrangência da área de pesca devem ser levados em consideração para os pescadores, que se aventuram a permanecer longos dias no rio durante a captura dos peixes (SILVA et al, 2016). Esta situação impõe uma outra leitura de natureza pelos ribeirinhos e uma nova forma de organização do território local, não mais aquela dos ciclos lentos, mas a leitura dos tempos acelerados do risco constante de inundação.

Percepção dos agentes locais

A partir da construção das hidrelétricas Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão no rio Araguari, os territórios nos quais os pequenos pescadores realizavam suas atividades passaram por alterações, que são percebidas e relatadas nas entrevistas realizadas durante as pesquisas de campo e mostram uma riqueza de detalhes, evidenciando os conhecimentos acumulados ao longo de décadas de trabalho, fundamentalmente pelos pescadores mais antigos, os quais se orgulham em afirmar que desenvolvem a pesca desde a idade que conseguiram segurar a linha de mão, mas que na atualidade estão temerosos quanto a sua própria reprodução social.

Este quadro de incertezas delineou-se antes mesmo do início das obras das UHE, pois, embora não conhecessem detalhadamente no momento inicial as modificações que ocorreriam em seu ambiente de trabalho; sabiam que seriam afetados, principalmente, após a utilização de máquinas pesadas e de explosivos pelos agentes construtores no leito do rio, modificando o ambiente natural, com o estouro de rochas e posterior construção da barragem, promovendo a dispersão de espécies e diminuição da captura dos recursos pesqueiros.

Neste sentido, os pescadores apontam que a utilização de máquinas e demais materiais pesados atuaram para o aparecimento de condições físicas diferentes daquelas existentes anteriormente. Esta compreensão justifica-se entre outras razões pela transformação do rio em lago, posto que neste processo o ambiente físico passou por alterações referentes não só ao ciclo natural das águas, com interferência nas enchentes e vazantes, como também modificações no próprio leito do rio e nas suas margens. Situação esta que impactou diretamente o desenvolvimento da pesca na região, levando a seguinte afirmativa: “os impactos dessas hidrelétricas na pesca em Ferreira Gomes só quem sabe é quem conviveu, que convive lá dentro”². Tal afirmativa, feita por um pescador em Ferreira Gomes, foi para mostrar que os recursos pesqueiros no rio Araguari estão escassos e que só eles sabem tudo aquilo que estão passando para conseguir uma quantidade mínima pelo

² Trecho de uma das entrevistas realizadas com pescador que desenvolve a pesca a mais de 40 anos no rio Araguari.

menos para a alimentação.

Diante desta situação, os pescadores correlacionam a construção das UHEs Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão às inúmeras dificuldades que estão enfrentando no desenvolvimento da atividade pesqueira. A presidente da Colônia de Pescadores Z 7, de Ferreira Gomes, relatou em entrevista que, após o início das obras, os pescadores não sabiam onde pescar, visto que os territórios onde tradicionalmente realizavam esta atividade apresentavam uma nova dinâmica, diferindo das características existentes até então, visto que estas áreas deixaram de ser piscosas e os conhecimentos que possuíam dos locais onde capturar os recursos pesqueiros, pouco poderia ser utilizado, deparando-se com inúmeras incertezas.

Na atualidade, por mais que as condições continuem adversas, os pescadores já conseguiram identificar alguns espaços onde verificam a disponibilidade de peixes. Todavia, estas áreas não são suficientes para atender a todos, tanto os que estão associados na Colônia Z-7, aproximadamente 207 pescadores, como aqueles que não estão associados, mas que exercem a pesca, tanto para a comercialização como para o próprio consumo.

A pesca na região é também praticada em comunidades que desenvolvem outras atividades como principal fonte de renda, tal como a agricultura e a criação de pequenos animais - porco, pato, peru e galinha. Estes indivíduos trabalham durante o dia na agricultura, criação de animais ou outros serviços e ao anoitecer exercem a pesca próximo de suas residências, normalmente nas pontes e margens do rio, com o intuito de conseguir uma quantidade necessária para a própria alimentação.

Em face das transformações que ocorreram e vêm ocorrendo no rio Araguari, os pescadores que realizam a pesca tanto para a comercialização, quanto para a alimentação, deixam evidentes em suas falas que o desenvolvimento desta atividade está cada dia mais difícil, pois percebem na prática que o peixe dispersou, encontrando muitas dificuldades para capturá-los, argumentando que os peixes foram para outros lugares e os que haviam ficado morreram, culpando, sobretudo, os empreendimentos hidrelétricos pela mortandade.

Antes da implantação das barragens os pescadores realizavam a pesca quase que diariamente, não existindo para alguns apenas 1 ou 2 dias de trabalho por semana, mas todos os dias e, mesmo assim, não sentiam a diminuição da quantidade dos recursos pesqueiros capturados. Mas, na atualidade, a realidade é outra, a produção diminuiu substancialmente, com um impacto muito grande sobre a pesca e onde se verifica a disponibilidade desses recursos, são proibidos de pescar, pois são locais identificados como áreas de reservas ou de nas adjacências das hidrelétricas.

Segundo os pescadores, os reservatórios das hidrelétricas e as suas proximidades constituem áreas piscosas, no entanto, são proibidos de se aproximarem e muito menos pescar, sofrendo constantes advertências que são escritas em papéis e afixadas nas

proximidades. Estas mensagens com as proibições são deixadas quando os pescadores se afastam para jogar a rede e ao retornarem se deparam com os recados.

Além das advertências contidas nas mensagens em papel, outros relatos evidenciam um confronto mais direto entre os pescadores e alguns agentes construtores, nos quais os acampamentos que utilizavam próximo às áreas de pesca foram destruídos, não podendo mais permanecer nestes locais. Ou seja, se tratam de barracos nos quais os pescadores guardam seus materiais de pesca e consumo. Assim, neste momento há uma preocupação por parte dos pescadores com a ocorrência de outros enfrentamentos, como pode ser evidenciado no relato de um pescador que vive há mais de 41 anos da pesca no rio Araguari:

O pescador é uma classe carente que também tem sangue, daqui com uns dias pode acontecer uma coisa pior, entendeu, da gente tá lá e ser abordado, ou eles matarem o pescador ou o pescador matar eles por lá, então é dessa forma que tá surgindo aqui em Ferreira Gomes, conflitos entre o pescador e o pessoal que trabalha na Ferreira Gomes Energia, porque quando eles vejam que as pessoas não entende da área da pesca, eles vão lá e botam banca na cabeça deles, entendeu, eles já tiraram um bocado de pessoal aí, já mandaram o pessoal voltarem daí, não podia pescar, eu sempre peguei o meu barco e fui pra lá para ver como ficava, discuto com todos eles porque eu conheço Ferreira Gomes a fundo, eu conhecia Ferreira Gomes quando subia daqui não tinha empate, sem ter barragem, sem ter nada aí pra frente (Comunicação Pessoal, 2016).

Diante desta situação, observa-se que existe preocupação e mesmo tensão do pescador em relação aos responsáveis por fiscalizar e inibir a pesca nas áreas adjacentes à barragem, visto que não se descarta a possibilidade da ocorrência de tragédias entre os agentes envolvidos. Soma-se a isso que os pescadores se sentem no direito de pescar naquele ambiente, em função de toda a relação que desenvolveram com o rio ao longo de muitos anos de trabalho, sendo um local conhecido como propício para o desenvolvimento das pescarias.

Assim, os pescadores sentem-se temerosos estando impossibilitados de praticarem suas atividades nos lugares costumeiros, situação que interferem na própria reprodução destes pescadores que dependem fundamentalmente da pesca para sobreviver. Outra dificuldade enfrentada refere-se aos custos para exercerem esta atividade, visto que antes da barragem gastavam em média R\$ 10,00 e na atualidade (2017), dependendo da distância, gastam cerca de R\$ 100,00; dinheiro este que faz falta no complemento da renda familiar.

Foi relatado que durante as obras das UHE de Cachoeira Caldeirão e Ferreira Gomes, os pescadores participaram das audiências públicas realizadas pela empresa construtora da hidrelétrica. Entretanto antes mesmo do início das obras já possuíam consciência que pouco poderiam fazer para impedir a instalação do empreendimento. Neste contexto, a Colônia de Pescadores Z-7, desde 2010, vem movendo ações contra a Ferreira

Gomes, Cachoeira Caldeirão e Eletronorte, visando assegurar os direitos dos pescadores.

Desde então, conseguiram aprovar a construção de um galpão para armazenamento do pescado, adquiriram tanques para criação de peixe, receberam recursos para a construção de um trapiche próximo ao mercado de peixe e para uma fábrica de gelo. Outras compensações que foram conseguidas para a região referem-se à construção de uma escola, uma creche no distrito de Paredão e aquisição de uma balsa para a Colônia de Pescadores. Em relação aos tanques para a criação de peixes, já foram entregues e encontram-se no interior do mercado de peixe (em 2016). Contudo, antes de começar a funcionar será realizado um cadastro com os pescadores para saber quais as famílias que estão dispostas a trabalhar. Todos poderão participar desde que apresentem disponibilidade para fazer os cursos de aperfeiçoamento, muitos dos quais advêm das oficinas promovidas pelo PRONATEC.

A presidente da Colônia reconhece a importância do desenvolvimento da aquicultura no município de Ferreira Gomes, salientando que esta medida é necessária, pois no rio os recursos pesqueiros são escassos e os pescadores dependem desta atividade para sobreviver. Embora a Agência de Pesca do Amapá (Pescap) seja importante, principalmente no momento atual, com os pescadores possuindo uma grande dependência, pouco vem sendo feito no sentido de auxiliar estes trabalhadores.

Desse modo, faz-se necessário considerar que embora a aquicultura represente uma alternativa viável como fonte de renda para este pequeno pescador, as dificuldades para implementar tal atividade são inúmeras, demandando profissionais especializados, incentivos econômicos, capacitação destes pescadores que não possuem prática na criação de peixes, entre outros. Ademais, deve-se levar em consideração neste processo que os pescadores estão acostumados a desenvolver a pesca em um ambiente totalmente diferente daquele existente nos tanques, pressupondo dificuldades de adaptações e mesmo divergências de conhecimentos entre os pescadores e os profissionais especializados.

Considerações finais

O trabalho revela a necessidade de participação social na tomada de decisões no que concerne aos ambientes de pesca, cuja população depende diretamente do uso dos recursos naturais para a sua sobrevivência. A ausência deste debate gera um conjunto de alterações na vida desta comunidade: deslocamento de pescadores que viviam na margem do rio e fazem do rio o seu meio de vida; agora os deslocamentos e o tempo de pesca tornam-se maiores e mais demorados para o pescador com fortes resultados negativos na quantidade da produção.

Na área pesquisada vem ocorrendo a perda das referências da localização dos pesqueiros (territórios de pesca), que foram desterritorializados e descaracterizados, pois

foram submersos pela formação do reservatório. Este conhecimento da arte da pesca era intergeracional, passado por gerações, e está sendo prejudicado ou perdido. Desta perspectiva, há de se construir outras territorialidades dentro desta nova lógica, que tenta transformar a pesca de rio em pesca de lago, pescadores artesanais em aquicultores.

A segmentação do rio Araguari, provocada pelas três (3) hidrelétricas, também impede o processo natural de reprodução dos peixes em período de piracema, pois estes não conseguem mais subir até as cabeceiras dos rios para desovar. Os poucos peixes que conseguem passar pelas hidrelétricas ficam exaustos e morrem. O resultado é o desaparecimento dos peixes do rio Araguari, além da operação das usinas que ocasionou a mortandade de toneladas de peixe, em vários eventos.

Por fim, a desestruturação territorial e a busca por novas áreas de pesca geram conflitos de territorialidades: pescadores *versus* empresas geradoras de energia, pescadores *versus* Estado, pescadores *versus* pescadores e moradores locais *versus* empresas. Estes conflitos expressam duas visões antagônicas de desenvolvimento. Uma exógena, vinculada a macrovetores de desenvolvimento global, como os projetos de mineração e hidrelétricos, sem vínculo com o desenvolvimento real do Araguari. Outro endógeno local, vinculado às estratégias de segurança alimentar das pessoas que sempre viveram do rio, seja para política de segurança do território ou geração de alimentos.

Referências

ARRUDA, Marcos. **Daniel Ludwig e a exploração da Amazônia**. Encontros com a civilização brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

CHAGAS, Marco. **Hidrelétricas no Amapá**. Macapá. Disponível em: <http://www.alcilenecavalcante.com.br/alcilene/hidreletricas-no-amapa>. Acesso em: 04 ago 2015.

CHELALA, Charles. **O Amapá e as Hidrelétricas**. Macapá: Amapá, 2011. Disponível em: <http://www.alcilenecavalcante.com.br/alcilene/o-amapa-e-as-hidreletricas>. Acesso em: 03 ago 2015.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. São Paulo: Ática S.A., 1989.

COUTINHO, Sérgio da Cruz; PIRES, Maria Joaquina. **Jari: um banco genético para o futuro**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL, DNPM. **Sumário Mineral/MME**. Brasília: DNPM/DIPLAM, 2014.

GOMES, Flávio dos Santos. (Org.). **Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)**. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.

LIMA, Ricardo Ângelo Pereira de. **Antropización, Dinámicas de Ocupación del Territorio**

y Desarrollo en la Amazonía Brasileña: el caso del Estado de Amapá, 2004. Tese (Doutorado) - Universitat Autònoma de Barcelona (UAB), Barcelona. Disponível em: <<https://ddd.uab.cat/record/38493?ln=en>> Acesso em: 07 fev. de 2017.

LIMA, Ricardo Ângelo Pereira; FRAZÃO, Maíza. Os Conflitos territoriais da pesca na região transfronteiriça entre Oiapoque (Brasil) e Guiana Francesa. *In: SILVA, Christian et al. (orgs.). Produção do Espaço e territorialidade na Amazônia Paraense: elementos para a análise geográfica.* Belém: GAPTA/UFPA, 2016.

MELLO, Neli Aparecida **Políticas territoriais na Amazônia.** São Paulo: Annablume, 2006.

PACHECO, Jonh. Nível do rio Araguari em Ferreira Gomes chegou a 5,5m, diz Defesa. **G1 Amapá.** Disponível em: <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2015/05/nivel-do-rio-araguari-em-ferreira-gomes-chegou-55m-diz-defesa.html>. Acesso em: 8 mar. 2016.

SILVA, João Márcio Palheta da. **Território e mineração em Carajás.** Belém: GAPTA/UFPA, 2013.

SAUTCHUK, Jaime; et al. *Projeto Jari: a invasão americana.* São Paulo: Debates, 1979.

SILVA, Christian Nunes. et al. Pesca e influências territoriais em rios da Amazônia. **Revista Novos Cadernos NAEA**, v. 19, 2016, p. 193-214.

SILVEIRA, Modesto da. *Ludwig, imperador do Brasil.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1980.

Sobre os autores

Christian Nunes da Silva – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará; Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará; Doutorado em Ecologia Aquática e Pesca pela Universidade Federal do Pará; Professor da Faculdade de Geografia e Cartografia; do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Mestrado Profissional em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia da Universidade Federal do Pará.

Ricardo Ângelo Pereira de Lima – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará; Mestrado em Geografia pela Universidad Autònoma de Barcelona; Doutorando em Geografia pela Universidad Autònoma de Barcelona; Professor da Universidade Federal do Amapá.

Vicka de Nazaré Magalhães Marinho – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará; Mestranda em Geografia pela Universidade Federal do Pará.

Como citar este artigo

SILVA, Christian Nunes da; LIMA, Ricardo Ângelo Pereira; MARINHO, Vicka Nazaré Magalhães. Desestruturação territorial na atividade pesqueira: a instação de usinas hidrelétricas na bacia do Araguari (Ferreira Gomes/Amazônia/Brasil). **Revista NERA**, ano 21, n. 41, p. 186-201, Dossiê. 2018.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. O primeiro autor **Christian Nunes da Silva**, desenvolveu as tarefas de elaboração textual e cartográfica.

DESESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL NA ATIVIDADE PESQUEIRA: A INSTALAÇÃO DE USINAS
HIDROELÉTRICAS NA BACIA DO ARAGUARI (FERREIRA GOMES-AMAZÔNIA-BRASIL)

O segundo autor **Ricardo Ângelo Pereira de Lima**, foi responsável pela produção textual, tradução e cartográfica. A terceira autora **Vicka de Nazaré Magalhães Marinho** foi responsável pela pesquisa de campo, elaboração do texto e tradução.

Recebido para publicação em 06 de outubro de 2017.
Devolvido para a revisão em 10 de novembro de 2017.
Aceito para a publicação em 24 de janeiro de 2018.
